



Da Violência no Campo à Fome: Uma Revisão Bibliográfica

From Rural Violence to Hunger: A Bibliographical Review

Paloma Kariene Lemos Piauilino

Bacharela em Direito pela Faculdade Estácio (2013); Mestranda em Sociedade e Cultura pela Universidade Estadual do Piauí; Especialista em Direito Constitucional pela Faculdade Ademar Rosado (2024). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1052262517818350>.

Felipe Silva Duailibe

Arquiteto e Urbanista pela Faculdade Estácio (2022). Especialista em Cidades Inteligentes, Tecnologia e Inovação pela Faculdade Pitágoras Unopar (2023); Especialista em Arquitetura e Design de Interiores pela Faculdade Iguaçu (2025). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4224688566742563>.

João Marcel Evaristo Guerra

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Piauí (2013); Mestre em Sociedade e Cultura pela Universidade Estadual do Piauí (2023) e Doutorado em Direito pela Universidad Nacional de Mar del Plata; Especialista em Direito Processual Penal com Capacitação para Ensino no Magistério Superior pela Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus (2019); Especialista em Direitos Humanos e Questão Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2022); Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (2022). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5951236656019527>.

Resumo: Este estudo objetiva realizar uma revisão da produção bibliográfica de João Marcel Evaristo Guerra, Mestre em Sociedade e Cultura pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí e Doutorando em Direito pela Universidad Nacional de Mar del Plata (Argentina). O estudo procedeu um recorte entre janeiro de 2022 e setembro de 2025. Como resultado, restou constatada a produção de 01 (um) livro, 12 (doze) artigos científicos publicados em periódicos e 6 (seis) capítulos de livros. Nessas produções, a temática abordada pelo autor transita entre estudos acerca da violência no campo brasileiro (objeto de 7 produções) e textos sobre a violação do Direito Humano à Alimentação Adequada (objeto de 10 produções).

Palavras-chave: revisão bibliográfica; violência no campo; direito humano à alimentação adequada; fome; produção científica.

Abstract: This study aims to conduct a review of the bibliographic production of João Marcel Evaristo Guerra, Master in Society and Culture from the Graduate Program in Society and Culture at the State University of Piauí and PhD candidate in Law at the National University of Mar del Plata (Argentina). The study covered the period from January 2022 to September 2025. As a result, it was found that the author produced one (1) book, twelve (12) scientific articles published in journals, and six (6) book chapters. Across these works, the themes explored by the author range from studies on rural violence in Brazil (addressed in seven publications) to analyses concerning the violation of the human right to adequate food (addressed in ten publications).

Keywords: literature review; rural violence; human right to adequate food; hunger; scientific production.

INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva realizar uma revisão da produção bibliográfica de João Marcel Evaristo Guerra, Doutorando em Direito pela Universidad Nacional de Mar del Plata e Mestre em Sociedade e Cultura pela Universidade Estadual do Piauí; Especialista em Direitos Humanos e Questão Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Piauí, perfazendo um recorte metodológico entre janeiro de 2022 e setembro de 2025.

O estudo levanta qualitativa e quantitativa a produção do pesquisador, utilizando-se como fonte o currículo por ele registrado na plataforma Lattes e atualizado até 10 de setembro de 2025. Justifica-se o estudo pelo fato de a produção do pesquisador ter ganhado relevância, a partir de 2024, quando este obteve o primeiro lugar na categoria trabalhos acadêmicos na 13ª edição do Prêmio Patrícia Acioli de Direitos Humanos, outorgado pela Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ). Criado em 2012, o prêmio homenageia a memória da juíza Patrícia Acioli, morta por policiais militares em 2011, quando era titular da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo-RJ. A premiação objetiva identificar, disseminar e estimular as ações em defesa dos Direitos Humanos (Guerra, 2025a).

Ademais, justifica-se o presente estudo, levando-se em consideração que as pesquisas de João Marcel Evaristo Guerra abordam duas temáticas atuais e de grande destaque na sociedade e no cenário acadêmico brasileiro, quais sejam: a violência no campo e a violação do Direito Humano à Alimentação Adequada, com enfoque para a fome.

A metodologia utilizada pelo estudo é a revisão bibliográfica, consistente em um procedimento sistemático de levantamento, seleção, análise e síntese de publicações realizadas pelo pesquisador, com o objetivo de compreender sua contribuição para o estado atual do conhecimento, identificando lacunas teóricas e apontando caminhos para futuras investigações (Garcia, 2016). Trata-se de uma etapa essencial da pesquisa científica, pois permite fundamentar teoricamente um estudo, situando-o no campo acadêmico e garantindo que suas conclusões estejam apoiadas em evidências e discussões previamente validadas pela comunidade científica (Garcia, 2016).

O processo metodológico iniciou-se com levantamento bibliográfico a partir do currículo do autor registrado na plataforma Lattes, que abrange 01 (um) livro, 12 (doze) artigos científicos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros e 6 (seis) capítulos de livros. Após a coleta, procedeu-se à análise crítica das produções, observando metodologias, resultados, abordagens teóricas e conclusões. Da análise dessas produções, verificou-se que as temáticas abordadas pelo autor transitam majoritariamente entre estudos acerca da violência no campo brasileiro (objeto de 7 produções) e textos sobre a violação do Direito Humano à Alimentação Adequada (objeto de 10 produções).

O desenvolvimento deste trabalho envolve a organização e categorização das informações, permitindo identificar convergências, divergências e tendências

nas discussões acadêmicas propostas por João Marcel Evaristo Guerra. Essa sistematização adota métodos quantitativos (como a contagem de frequência de temas) e qualitativos (como a análise de conteúdo e de discurso). Finalmente, a revisão culmina na síntese integrativa, na qual são interpretados os dados reunidos (Garcia, 2016), destacando as contribuições do autor para o progresso científico nas searas por ele pesquisadas.

Este texto divide-se em 01 (uma) introdução, 03 (três) seções de desenvolvimento (respectivamente: i. Livro: contemplando a análise do único livro até então publicado por João Marcel Evaristo Guerra; ii. Capítulos de livro: contemplando a análise dos capítulos de livros até então publicados por aquele pesquisador e iii. Artigos Científicos: contemplando a análise dos artigos científicos publicados em periódicos científicos nacionais e estrangeiros por aquele pesquisador) e 01 (uma) seção de considerações finais.

Como se verá adiante, esta revisão bibliográfica não se limita a um simples resumo de obras, mas constitui um exercício analítico e reflexivo capaz de contribuir para o fortalecimento da base teórica de pesquisas que se debruçam sobre as temáticas de violência no campo e da violação do Direito Humano à Alimentação Adequada, com enfoque para a fome, favorecendo a construção de novos conhecimentos e a consolidação de referenciais críticos e metodológicos nos campos estudados pelo pesquisador, quais sejam: a Sociologia e o Direito, com especial destaque para os Direitos Humanos.

LIVRO

Publicado em 2025 pela Editora GuedesJus, o único livro até então registrado por João Marcel Evaristo Guerra em seu currículo Lattes é intitulado *Direito à reforma agrária e conflitos no campo com resultado morte no Brasil (2012-2021)* (Guerra, 2025a) e oferece uma análise científica e urgente sobre a questão agrária brasileira.

O livro resulta do amadurecimento de *Eles Continuam entre nós: reverberações contemporâneas da capatazia colonial e violência no campo brasileiro* (Guerra, 2023c), título da dissertação do mestrado em Sociedade e Cultura, defendida em 2023, no Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí.

Direito à reforma agrária e conflitos no campo com resultado morte no Brasil (2012-2021) questiona a pertinência do debate sobre a reforma agrária no contexto atual e conclui, com base em evidências, que sim, a discussão é crucial, pois o inadimplemento do direito fundamental de acesso à terra é a causa existencial da violência letal no campo.

O autor define o direito à reforma agrária como um meta-direito, isto é, um direito que possibilita o acesso a um conjunto de outros direitos sociais (educação, saúde, moradia e outros) para o trabalhador rural (Guerra, 2025a). O livro está estruturado em duas partes: i. Do Direito à Reforma Agrária e ii. Dos Conflitos no Campo com Resultado Morte.

A primeira (Do Direito à Reforma Agrária) parte analisa o bloco normativo brasileiro que versa acerca da reforma agrária, englobando a Constituição Federal de 1988; o Estatuto da Terra de 1964 e a Lei n. 8.629/93. Constata o autor que, embora o regramento seja formalmente denso, é materialmente pouco efetivo, resultando em violação sistêmica.

Guerra (2025a) destaca a ambiguidade da função social da terra como um *incentivo-obstáculo*: se, por um lado, condiciona a desapropriação de terras improdutivas à reforma agrária (incentivo), por outro, a dificuldade de comprovar a improdutividade se torna um mecanismo de não realização da reforma (obstáculo), mantendo a concentração fundiária.

A segunda parte (Dos Conflitos no Campo com Resultado Morte) analisa a consequência mais mórbida da não efetivação do meta-direito. Com base em dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de 2012 a 2021, a obra registra mais de 400 mortes em conflitos rurais no período.

O estudo correlaciona as altas taxas de letalidade com 06 (seis) estados brasileiros (Pará, Rondônia, Maranhão, Bahia, Mato Grosso e Amazonas), que juntos concentram 80% dos homicídios no campo. Esses estados compartilham características como a liderança na exportação de alimentos, a inserção majoritária no território da Amazônia Legal, a sobreposição da população não branca e a deterioração ambiental pela expansão do agronegócio (Guerra, 2025a).

Além dos dados numéricos da CPT, o autor humaniza o debate relatando casos emblemáticos de violência letal ocorridas em 2019, como a chacina de Baião, no Pará. A análise desses casos concretos expõe a atuação deficitária ou repressiva do Poder Público (Polícias Militares, Polícias Civis, Ministério Público e Poder Judiciário), resultando na impunidade de elites agrárias.

A principal conclusão de João Marcel Evaristo Guerra (2025a) é que o aparente quadro de incongruência entre um vasto arcabouço legal pró-reforma agrária e a violência letal na prática rural é, na verdade, uma necropolítica pública. O silêncio sobre a reforma agrária e a construção do discurso de seu anacronismo são percebidos como parte de um projeto de reprodução de violência impune, que mantém o território rural brasileiro violento e suas populações vulneráveis como verdadeiras zonas de sacrifício. O Estado e a sociedade são, assim, responsáveis pelas mortes no campo.

CAPÍTULOS DE LIVRO

No período pesquisado, João Marcel Evaristo Guerra publicou 06 (seis) capítulos de livro. Perscrutando esses textos, constata-se que 03 (três) deles versam sobre violência no campo e 02 (dois) versam sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada. Há ainda 01 (um) capítulo de lavra do pesquisador que aborda o tema do descarte irregular de resíduos sólidos, questão de Direito Ambiental, diversa dos temas que normalmente o autor costuma tratar.

Publicado em 2023 pela Editora da Universidade Estadual do Maranhão, *A Violência no Meio Rural Piauiense: Uma Revisão de Conceitos Teóricos de Violência para Compreensão do Fenômeno a partir dos Conflitos pela Posse da Terra no Piauí Contemporâneo* integra o livro *O Rural no Meio Norte: Terra, Trabalho e Cultura*, organizado por Marcia Milena Galdez Ferreira e Cristiana Costa da Rocha (Guerra, 2023b). Este texto propõe uma análise científica da violência rural no Piauí. O cerne do trabalho reside na revisão de conceitos teóricos de violência (utilizando-se de conceitos elaborados por Bourdieu e Arendt, entre outros) para aplicá-los e compreender a dinâmica e as especificidades dos conflitos pela posse da terra no Piauí contemporâneo.

A violência no rural piauiense é desvendada não apenas em sua forma física ou letal (a mais visível), mas também em suas dimensões simbólica e estrutural. O autor busca demonstrar que os conflitos agrários e a violência consequente são a manifestação do inadimplemento do meta-direito de acesso à terra e da persistência de estruturas fundiárias arcaicas (Guerra, 2023b).

O Piauí, inserido no contexto do Meio Norte do Brasil, serve como estudo de caso para ilustrar como a disputa fundiária e a precariedade da vida camponesa são mantidas por uma articulação de poder que envolve a concentração de terras, a exploração econômica e a violência direcionada aos segmentos rurais vulneráveis. O texto sublinha que a violência está profundamente enraizada na reprodução de desigualdades históricas, que o acesso à terra no estado é crucial para a efetivação dos direitos sociais da população camponesa e que a não resolução da questão agrária alimenta um ciclo de violações de direitos humanos e letalidade no campo (Guerra, 2023b).

Publicado também em 2023 pela Editora da Universidade Estadual do Piauí, *A Pistolagem Enquanto Violência Típica de Fronteiras em Movimento e a Romantização do Pistoleiro Enquanto Figura Heroica, a Partir da Análise de Produções Cinematográficas Brasileiras Contemporâneas* integra o livro *Brasis: Terra, Trabalho e Natureza*, organizado por Marcia Milena Galdez Ferreira, Cristiana Costa da Rocha e Francivaldo Alves Nunes (Guerra, 2023a).

O texto dedica-se à análise sociológica da figura do pistoleiro e de sua representação no cinema brasileiro recente. O autor foca na pistolagem como uma forma endêmica de violência social, frequentemente associada a áreas de fronteiras em movimento, isto é, espaços rurais onde o conflito pela posse da terra e a ausência ou seletividade do Estado são marcantes. O ponto central do estudo é explorar a construção social do pistoleiro, analisando tanto o aspecto jurídico do profissional sicário quanto a maneira como ele é retratado no imaginário popular e na tela. Para isso, o trabalho utiliza um estudo de caso empírico e qualitativo, baseado na trajetória de Julião Santana, notório pistoleiro da região fronteira entre Maranhão e Tocantins, e na análise de filmes como *O Nome da Morte*, de 2017 e *Bacurau*, de 2019 (Guerra, 2023a).

Guerra (2023a) argumenta que o cinema contemporâneo, ao revisitar essas figuras, promove uma ressignificação neoconstrutiva, que caminha da mera criminalização para a humanização e, em alguns casos, a romantização do pistoleiro.

Essa idealização como figura heroica é problematizada como um fenômeno que, embora possa oferecer uma reparação histórica a indivíduos marginalizados em fronteiras sociológicas, obscurece a raiz da violência: a manutenção dos ciclos de privilégios históricos das categorias dominantes e a concentração de terra. O capítulo, assim, articula a violência por encomenda com a questão agrária estrutural do país (Guerra, 2023a).

Publicado em 2024 pela Editora da Universidade Estadual do Piauí e coescrito com Cristiana Costa da Rocha, *Amazônia legal, Amazônia letal: Violência e necropolítica em conflitos no campo no território amazônico (2012-2021)* integra o livro *O mundo rural em movimento: perspectivas contemporâneas*, organizado por Cristiana Costa da Rocha, Solimar Oliveira Lima e Lia Monnielli Feitosa Costa (Guerra; Rocha, 2024b).

O texto aborda a relação entre o desenvolvimento agrário imposto na Amazônia Legal (território definido por lei para fins de planejamento e incentivo ao desenvolvimento) e a violência letal consequente (A Amazônia Letal enquanto região marcada por altos índices de violência e mortes em conflitos no campo). Os autores analisam a violência agrária na região amazônica no período de 2012 a 2021 e argumentam que a violência não é um mero subproduto do abandono do Estado, mas sim um efeito estrutural de um modelo de desenvolvimento agrário focado na conversão da floresta em mercadoria, o que resulta em grilagem, desmatamento e expulsão de comunidades tradicionais (Guerra; Rocha, 2024b).

Para interpretar essa letalidade, o estudo mobiliza o conceito de necropolítica. Assim, a violência é entendida como um mecanismo de poder que visa o controle dos modos de viver e produzir, definindo quem pode viver e quem deve morrer em função dos interesses do mercado de terras e da expansão do agronegócio. A concentração de conflitos em municípios com economias baseadas em sistemas patronais de pecuária e grãos reforça a ideia de que a violência é um instrumento de coerção para consolidar um modelo econômico predatório. O trabalho, portanto, liga a violência no campo amazônico ao poder de governamentalidade colonial que se manifesta na morte e na fragilização dos povos da floresta (Guerra; Rocha, 2024b).

Publicado em 2024 pela Editora Inovar, *A Construção Brasileira do Direito Humano à Alimentação Adequada* integra o livro *Direitos Humanos, Saúde e Educação: Tríade Formadora de uma Sociedade Inclusiva*, organizado por Guilherme Antônio Lopes de Oliveira, Maria dos Remédios Magalhães Santos, Daniel da Costa Araújo e Geilson Silva Pereira (Guerra, 2024a).

O texto traça um panorama jurídico-social da evolução do direito à alimentação no Brasil, contrastando a solidez normativa com a persistente e grave realidade da insegurança alimentar e da fome. O trabalho se inicia resgatando o reconhecimento internacional do direito à alimentação pelo Brasil em 1991, com a ratificação do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), atravessando a entrada em vigor da Lei n. 11.346/2006 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN) e, principalmente, a promulgação da Emenda Constitucional n. 64/2010, que inseriu o direito à alimentação expressamente no rol dos Direitos Sociais da Constituição Federal (Guerra, 2024a).

Publicado como capítulo de livro em 2024 pela MV Editora, *Compreendendo os Princípios Estruturantes do Direito Humano à Alimentação Adequada* integra o livro *Anais do I Congresso Internacional de Direitos Humanos*, organizado por Flávio Martins, Rubén Miranda Gonçalves e Jose Julio Fernández Rodriguez (Guerra, 2024c), reunindo trabalhos apresentados no evento constante do título do livro, realizado em 2024 pela Universidad de Santiago de Compostela, da Espanha.

Nesse texto, são delineados os pilares conceituais que definem o direito à alimentação aptos a garantir sua efetividade, o que exige mais do que apenas ter comida. O autor destaca que o direito é sustentado por princípios derivados do cenário internacional, essenciais para o combate à fome e à insegurança alimentar. Tais princípios incluem: Disponibilidade Universal (alimento em quantidade suficiente), Acessibilidade (física e econômica), Estabilidade (permanência do acesso), Sustentabilidade (preservação de recursos) e Adequação, que engloba a dimensão Sanitária (alimentos seguros) e Cultural (respeito aos hábitos alimentares) (Guerra, 2024c).

Finalmente, publicado em 2025 pela AYA Editora e escrito com Felipe Silva Duailibe, *Descarte Irregular de Resíduos Sólidos no Município de Teresina: Um Estudo do Caso Programa Lixo Zero e a Incongruência da Avenida Raul Lopes* integra o volume 15 do livro *Reflexões sobre Direito e Sociedade: Fundamentos e Práticas*, organizado por Denison Melo de Aguiar e Maralice Cunha Verciano (Duailibe; Guerra, 2025).

O texto de Duailibe e Guerra (2025) analisa a incongruência na gestão de resíduos sólidos no município de Teresina (PI), onde a proliferação de pontos de descarte irregular coexiste com a existência do Programa municipal Lixo Zero (Lei municipal n. 4.474/2013). O estudo de caso foca na persistência de um grande ponto de descarte na Avenida Raul Lopes, uma área de destaque daquela capital (Duailibe; Guerra, 2025).

A pesquisa, de abordagem qualitativa, investiga a hipótese de um comportamento contraproducente por parte de órgãos e agentes públicos que, ao invés de coibirem, toleram ou até estimulam a manutenção desses lixões em plena vigência de uma legislação que os proíbe. Os autores apontam que essa dissonância entre a norma e a realidade prática evidencia uma falha na fiscalização e na aplicação das políticas ambientais. A manutenção do problema na Avenida Raul Lopes serve como um símbolo da ineficácia do Programa Lixo Zero em Teresina, revelando os desafios da gestão ambiental e a necessidade de responsabilização e ação mais incisiva do poder público. O capítulo, assim, expõe o distanciamento entre o ideal normativo e a realidade do descarte irregular (Duailibe; Guerra, 2025).

ARTIGOS CIENTÍFICOS

No período pesquisado, João Marcel Evaristo Guerra publicou 12 (doze) artigos científicos. Perscrutando esses textos, constata-se que 02 (dois) deles versam sobre violência no campo e 09 (nove) versam sobre o Direito Humano à

Alimentação Adequada. Há ainda 01 (um) artigo de lavra do pesquisador que aborda as jornadas de executores de penas de morte no Brasil do século XIX, questão atinente à História do Direito e ao Direito Penal, matérias diversas dos temas que normalmente o autor costuma tratar. Além disso, cumpre destacar que, nos 12 (doze) artigos, a publicação deu-se após avaliação do trabalho conduzida de forma dupla cega, sem a revelação da identidade dos autores (*double blind peer review*).

Publicado em 2023 na *Revista Interdisciplinar*, com sede no estado do Piauí e mantida pelo Centro Universitário UNINOVAFAP, *Pistologem na tela: a construção sociológica do pistoleiro e sua representação no cinema brasileiro contemporâneo* volta a explorar a construção sociológica do pistoleiro e sua representação no cinema brasileiro contemporâneo, utilizando a trajetória de Julião Santana como estudo de caso. A pesquisa analisa a figura do pistoleiro desde sua abordagem jurídica como profissional sicário até sua ressignificação em filmes brasileiros contemporâneos. O objetivo é desvendar como essa figura, típica da violência agrária e de fronteira, é absorvida e, por vezes, romantizada ou folclorizada pelo imaginário popular e pela produção cultural. O autor argumenta que a análise cinematográfica revela as tensões entre a violência real no campo e sua tradução midiática (Guerra, 2023d).

Publicado em 2024 na *Revista Ius Gentium*, com sede no estado do Paraná e mantida pelo Programa de Pós-graduação em Direito do Centro Universitário UNINTER, *Crimes (quase) sem castigo: violência, impunidade e necropolítica na extemporaneidade do julgamento de envolvidos na chacina de Baião-PA (março/2019)* aborda o assassinato de 06 (seis) pessoas, incluindo a liderança Dilma Ferreira Silva no município paraense de Baião, em um contexto de conflitos por terra e extração ilegal de madeira (Guerra, 2024d).

O autor utiliza o caso para discutir a relação entre violência no campo, impunidade e necropolítica no Brasil. Guerra (2024d) critica a extemporaneidade do julgamento dos envolvidos (a demora e a lentidão do processo judicial) como um fator que reforça a impunidade estrutural. A pesquisa argumenta que o atraso na punição e a complexa rede de violência (envolvendo mandantes, pistoleiros e queima de arquivo) demonstram a seletividade estatal em relação à proteção da vida e à punição pelas mortes. O Estado, sob a lógica da necropolítica, tolera a morte de certos grupos sociais, como trabalhadores rurais e defensores ambientais, ao não garantir uma justiça célere e efetiva, perpetuando o ciclo de violência em áreas de conflito agrário no território amazônico (Guerra, 2024d).

Publicado em 2024 na *Revista Lex Humana*, com sede no estado do Rio de Janeiro e mantida pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Católica de Petrópolis, *Dos campos de concentração da seca ao Direito Humano à Alimentação Adequada* foi coescrito com Cristiana Costa da Rocha e traça um panorama histórico e jurídico do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil, partindo de um evento histórico traumático: a criação dos campos de concentração da seca, no Ceará, em 1932. Naquela estiagem severa, migrantes flagelados foram segregados em currais próximos às cidades para impedir seu acesso aos núcleos urbanos, numa medida higienista que resultou em violência e desumanização. João Marcel Evaristo Guerra e Cristiana Costa da Rocha (2024a) argumentam

que, apesar de essa calamidade ter exposto a vulnerabilidade da população à fome, a constitucionalização explícita do direito à alimentação só ocorreu 78 anos depois, com a Emenda Constitucional n. 64/2010 (Guerra; Rocha, 2024a). O trabalho busca compreender como a seca de 1932 não serviu de fonte material para uma problematização normativa da fome e questiona a razão dessa mora na constitucionalização de um direito cuja violação ainda é estrutural no Brasil (Guerra; Rocha, 2024a).

Também publicado em 2024 na *Revista Lex Humana*, *A Fome do Corpo Abjeto: violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada e pessoas transgênero* foi coescrito com Fernando Ferreira dos Santos e Virna Rodrigues Leal Moura e parte do conceito de corpo abjeto para analisar as violações do Direito Humano à Alimentação Adequada enfrentadas pela população transgênera brasileira (Guerra; Santos; Moura, 2024).

Os autores estabelecem um quadro comparativo que demonstra a desproporção da insegurança alimentar sofrida pelo segmento trans em relação à população geral, agravada durante a pandemia de covid-19. Essa situação é vista como resultado da ineficiência das políticas públicas e de um arcabouço normativo que se mostra insuficiente para proteger aqueles cujos corpos são marginalizados e considerados não-sujeitos de direitos. O estudo propõe a modificação do regramento brasileiro de direito à alimentação, sugerindo a adoção de ações afirmativas alimentares específicas para o segmento trans. O objetivo é tornar a concretização do direito à alimentação menos discriminatória e mais efetiva, a fim de garantir a dignidade plena da pessoa transgênera (Guerra; Santos; Moura, 2024).

Igualmente publicado na *Revista Lex Humana*, porém no ano de 2025, *Quem Alimenta Mais: Análise Comparativa das Leis Argentina e Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional* compara as leis estruturantes de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do Brasil (Lei n. 11.346/2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) e da Argentina (Lei n. 25.724/2002, que instituiu o Programa Nacional de Nutrição e Alimentação) (Guerra, 2025d).

A pesquisa parte da hipótese de que o regramento brasileiro seria mais benéfico, dado que, entre 2019 e 2021, a proporção de pessoas em insegurança alimentar grave ou moderada era menor no Brasil (28,9%) do que na Argentina (37%). Para testar essa hipótese, o estudo comparou ambas as leis com base em quatro critérios: histórico legislativo, titulares/beneficiários, definição de conceitos atinentes ao direito à alimentação e modelos de repartição de atribuições federativas. A conclusão rechaçou a hipótese inicial: o modelo argentino mostrou-se mais protetivo em termos de histórico legislativo, enquanto o brasileiro se destacou mais quanto à definição de beneficiários. Nos demais critérios (conceitos e repartição), a comparação foi inconclusiva por envolver decisões políticas fundamentais de cada Estado (Guerra, 2025d).

Um amadurecimento desta mesma pesquisa (porém, agora, se pautando em metodologia diferenciada e redação integralmente escrita em língua inglesa) resultou no artigo *Of Hambres and Fomes: Comparing argentine and Brazilian laws*

structuring the mais public policy on the Human Right to Adequate Food, publicado em 2025 na *Revista Paradigma*, com sede no estado de São Paulo e mantida pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) (Guerra, 2025c).

Publicado em 2024 na *Revista Juris Unitoledo*, com sede no estado de São Paulo e mantida pelo curso de Direito do Centro Universitário Toledo Wyden de Araçatuba (UNITOLEDO), *Protonormativas Brasileiras de Enfrentamento da Fome: Direito à Alimentação, Nutricídio ou Racismo Alimentar?* investiga as primeiras legislações brasileiras de enfrentamento da fome (vigentes entre 1822 e 1889), como as criadas durante a seca de 1825 e o período pré-abolicionista. O objetivo do estudo é determinar se essas protonormativas se alinhavam à concepção moderna do Direito Humano à Alimentação Adequada enquanto um direito de titularidade universal ou se, ao contrário, se assemelhavam aos conceitos atuais de racismo alimentar e nutricídio (Guerra, 2024f).

Utilizando metodologia descritiva, documental e telematizada, a análise de 03 (três) protonormativas localizadas pelo autor demonstrou que as ações da época se distanciavam da acepção contemporânea do Direito Humano à Alimentação Adequada. Os resultados indicaram que as medidas adotadas se coadunavam muito mais com a noção de racismo alimentar, com 02 (duas) dessas normas se enquadrando inclusive na noção de nutricídio, enquanto práticas discriminatórias étnico-raciais na distribuição de alimentos a grupos vulneráveis em crises famélicas (Guerra, 2024f).

Publicado em 2025 na *Revista do Curso de Direito do UNIFOR* (Centro Universitário de Formiga), com sede no estado de Minas Gerais, *Teoria Cúbica do Direito Humano à Alimentação Adequada: reflexões acerca do parâmetro de adequação, a partir de diplomas normativos e interpretativos internacionais* objetiva aprofundar a compreensão interpretativa do que seria alimentação adequada, expandindo a tradicional tríade de obrigações estatais (respeitar, proteger e satisfazer) pertinentes ao direito à alimentação, estabelecida pelo Comentário Geral n. 12 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas (Guerra, 2025e).

Segundo Guerra (2025e), para que o alimento seja realmente adequado, ele precisa ser analisado em três dimensões inter-relacionadas, que formam uma espécie de cubo (daí a nomenclatura de Teoria Cúbica): i. Adequação Sanitária: o alimento deve ser seguro, livre de substâncias nocivas e apto ao consumo; ii. Adequação Nutricional: o alimento deve fornecer a quantidade e qualidade de nutrientes necessários para uma vida saudável e ativa, combatendo a má-nutrição; iii. Adequação Cultural: o alimento deve ser culturalmente aceitável, respeitando as tradições alimentares, religiosas e as práticas de produção sustentável das comunidades.

O estudo utiliza diplomas normativos e interpretativos internacionais (como Pactos e Comentários da Organização das Nações Unidas) para refletir sobre como a interconexão dessas três dimensões do cubo é crucial para uma interpretação completa do Direito Humano à Alimentação Adequada, influenciando

o desenvolvimento de políticas públicas que vão além da mera luta contra a fome, mas, almejando um resultado maior, seja alcançada a concretização universal de garantia de segurança alimentar e nutricional (Guerra, 2025e).

Publicado em 2024 pela *Revista de Estudos Jurídicos da UNESP* (Universidade Estadual de São Paulo Júlio de Mesquita Filho), periódico científico mantido pelo Programa de Pós-graduação em Direito da UNESP – campus de Franca (SP), *Entre a Fome e o Silêncio: Uma análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça atinente ao Direito Humano à Alimentação Adequada* investiga a forma como o Superior Tribunal de Justiça (STJ), órgão responsável por uniformizar a interpretação da legislação federal no Brasil, tem se pronunciado em sua jurisprudência acerca do Direito Humano à Alimentação Adequada (Guerra, 2024e).

Apesar da ampla normatização do direito à alimentação no Brasil (ratificação de pactos internacionais, Lei n. 11.346/2006 e Emenda Constitucional n. 64/2010), verificou-se na pesquisa uma grave crise de fome e insegurança alimentar no país (com mais de 33 milhões de pessoas em situação de fome em 2022).

Assim, o autor levantou duas hipóteses: i. Haveria uma grande quantidade de ações judiciais sobre o direito à alimentação chegando ao STJ, o que levaria este órgão jurisdicional a exercer o ativismo judicial para controle de legalidade acerca da não implementação deste direito por ineficiência ou inexistência de políticas públicas pertinentes a sua concretização e ii. O enfoque interpretativo do STJ em sua jurisprudência estaria primordialmente voltado para o enfrentamento da fome. Utilizando metodologia descritiva e análise quali-quantitativa da jurisprudência do STJ, a pesquisa objetivou saber quantas e quais demandas sobre o direito à alimentação alcançaram a Corte e como esta se manifestou (Guerra, 2024e).

A conclusão demonstrou o oposto das hipóteses: Apenas 04 (quatro) acórdãos tratando explicitamente do Direito Humano à Alimentação Adequada foram proferidos pelo STJ ao longo de toda sua existência. Nenhum desses acórdãos focou no enfrentamento direto da fome, isto é, a modalidade mais grave da insegurança alimentar e maior violação do direito objeto deste estudo. O enfoque da Corte foi limitado à Adequação Sanitária do alimento, ou seja, à busca por alimentos que estivessem livres de substâncias nocivas à saúde (Guerra, 2024e), aparentemente ignorando a fome.

Publicado em 2025 pela *Revista Bioderecho.es*, periódico científico editado pela *Universidad de Murcia*, na Espanha, *La Ley del Hambre: Análisis de la Ley argentina 25.724, de 27 de diciembre de 2002, que creó el Programa Nacional de Nutrición y Alimentación* é a primeira publicação de João Marcel Evaristo Guerra (2025b) originalmente escrita em língua espanhola. Neste estudo, perscruta-se a Lei argentina n. 25.724/2002, que criou o Programa Nacional de Nutrição e Alimentação (PNNA), definida pelo autor de *La Ley del Hambre* (Guerra, 2025b), em razão de seu insucesso na concretização da segurança alimentar e nutricional da população argentina vulnerável.

O estudo, de metodologia analítica, descritiva, documental e telemática, visa analisar a lei diante do cenário de violação massiva do Direito Humano à Alimentação

Adequada (DHAA) na Argentina, onde 37% da população estava em insegurança alimentar grave ou moderada no início da década de 2020. Guerra (2025b) levanta a hipótese que, dada a persistência da fome, a lei apresenta aspectos suscetíveis a críticas e possíveis revisões.

O resultado da pesquisa confirma a hipótese, indicando que a lei possui graves limitações, aptas a impedir sua plena eficácia no combate à fome. A principal conclusão é que uma reforma na lei, com a universalização dos beneficiários das políticas públicas alimentares (em vez da focalização atual, que prioriza apenas crianças, gestantes, idosos e pessoas com deficiência em situação de pobreza) já funcionaria como alternativa para enfrentar a fome estrutural observada na Argentina (Guerra, 2025b).

Publicado em 2024 na *Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí, Comentários acerca da construção brasileira do direito humano à alimentação adequada*, acompanha o percurso normativo do direito à alimentação no Brasil, desde o reconhecimento inicial por meio do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em 1991, até sua inclusão explícita na Constituição Federal pela Emenda Constitucional n. 64/2010.

Guerra (2024b) constata neste artigo que a internalização do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais motivou a superação de medidas paliativas empregadas desde os primórdios da história normativa brasileira para um modelo integrado. Contudo, argumenta que, apesar do forte arcabouço legal, a efetivação plena do Direito Humano à Alimentação Adequada é dependente da atuação institucional na defesa da segurança alimentar e na garantia da universalidade, da qualidade e da regularidade no acesso aos alimentos (Guerra, 2024b).

Finalmente, também publicado na *Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí*, porém no ano de 2025, *Carrascos: considerações jurídico-sociológicas acerca dos executores de penas de morte no Brasil do século XIX* é um artigo escrito com Paloma Kariene Lemos Piauilino que aborda a figura marginal e estigmatizada do carrasco no contexto da execução criminal no Brasil Império (Guerra; Piauilino, 2025).

O estudo objetiva compreender quem eram os responsáveis por este ofício, quais instrumentos normativos apoiavam ou regulamentavam sua função e como o racismo estrutural afetava essa figura, dado que a segregação e o preconceito contra o elemento afro-diaspórico eram marcadores da identidade nacional. A metodologia empregada é a análise descritiva e qualitativa de ilustrações de artistas como Jean-Baptiste Debret e Augustus Earle, que retrataram carrascos em suas obras, bem como de atos normativos que influenciaram a função (com ênfase na Lei n. 4, de 10 de julho de 1835, que estabeleceu a pena de morte para escravos que matassem seus senhores) e de outras produções textuais da época (Guerra; Piauilino, 2025).

O trabalho conclui que o carrasco era uma figura socialmente excluída, muitas vezes ele próprio um condenado à morte ou à prisão perpétua (majoritariamente de origem negra, no contexto escravista), que aceitava o papel de executor em

troca da comutação de sua própria pena ou de um salário escasso. A dificuldade em encontrar pessoas dispostas a exercer o ofício ressalta o estigma social e a violência institucionalizada da época (Guerra; Piauilino, 2025).

Neste artigo, João Marcel Evaristo Guerra e Paloma Kariene Lemos Piauilino (2025) trazem ainda a análise da trajetória do carrasco Fortunato José, que executou 87 (oitenta e sete) condenados entre 1835 e 1873, exemplificando (num dos poucos casos documentados) a cruel condição desses indivíduos, que passavam a ser vistos como homicidas a serviço do Estado e raramente obtinham o perdão de suas próprias penas, vivendo à margem da sociedade e morrendo no cárcere mesmo após a extinção da pena de morte por força. O artigo sublinha, portanto, a interconexão entre o sistema penal, o racismo e a construção identitária violenta do Brasil no século XIX (Guerra; Piauilino, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou realizar uma revisão qualitativa e quantitativa da produção bibliográfica de João Marcel Evaristo Guerra, perfazendo um recorte metodológico entre janeiro de 2022 e setembro de 2025, utilizando-se como fonte o currículo por ele registrado na plataforma Lattes e atualizado até 10 de setembro de 2025. Em sede de resultados, foram constatadas 19 (dezenove) produções bibliográficas, sendo: 01 (um) livro, 12 (doze) artigos científicos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros e 6 (seis) capítulos de livros.

Publicado em 2025 pela Editora GuedesJus, o único livro até então registrado por João Marcel Evaristo Guerra em seu currículo Lattes é intitulado *Direito à reforma agrária e conflitos no campo com resultado morte no Brasil (2012-2021)* e oferece uma análise científica e urgente sobre a questão agrária brasileira, com reflexos sobre a violência no campo.

Entre janeiro de 2022 e setembro de 2025, João Marcel Evaristo Guerra publicou 06 (seis) capítulos de livro. Perscrutando esses textos, constata-se que 03 (três) deles versam sobre violência no campo e 02 (dois) versam sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada. Há ainda um capítulo de lavra do pesquisador, coescrito com Felipe Silva Duailibe, que aborda o tema do descarte irregular de resíduos sólidos, questão de Direito Ambiental, diversa dos temas que normalmente o autor costuma tratar.

No mesmo período, João Marcel Evaristo Guerra publicou 12 (doze) artigos científicos. Perscrutando esses textos, constata-se que 02 (dois) deles versam sobre violência no campo e 09 (nove) versam sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada. Há ainda um artigo de lavra do pesquisador, coescrito com Paloma Kariene Lemos Piauilino, que aborda as jornadas de executores de penas de morte no Brasil do século XIX, questão atinente à História do Direito e ao Direito Penal, matérias diversas dos temas que normalmente o autor costuma tratar.

Ao longo deste estudo, verifica-se que, ao tratar sobre as temáticas de violência no campo e da violação do Direito Humano à Alimentação Adequada, a produção

bibliográfica de João Marcel Evaristo Guerra, de fato, insere-se num contexto de fortalecimento da base teórica de pesquisas que se debruçam sobre os temas pesquisados por aquele autor, favorecendo a construção de novos conhecimentos (com destaque para as alternativas aventadas tanto para o enfrentamento da insegurança alimentar e da fome quanto para a redução ou superação da letalidade em conflitos no campo brasileiro).

Em igual sentido, a produção bibliográfica de João Marcel Evaristo Guerra demonstra a consolidação de referenciais críticos e metodológicos nos campos do conhecimento trabalhados pelo autor, que se destaca pela interdisciplinaridade crítica, unindo Direito e Sociologia. No segmento da violência no campo, seus estudos alcançam a concentração fundiária, a violência institucional, o negacionismo do acesso à terra e o racismo estrutural enquanto necropolíticas experienciadas pelas ruralidades do Brasil. No segmento da fome, seus estudos abordam de forma aprofundada o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no Brasil (e na vizinha, Argentina), criticando a ineficácia das leis focalizadas e a deficiência do ativismo judicial diante da fome. Em suma, num ou noutro segmento, conclui-se que a produção bibliográfica de João Marcel Evaristo Guerra é marcada pela defesa intransigente dos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

DUAILIBE, Felipe Silva; GUERRA, João Marcel Evaristo. **Descarte Irregular de Resíduos Sólidos no Município de Teresina: Um Estudo do Caso Programa Lixo Zero e a Incongruência da Avenida Raul Lopes**. In: AGUIAR, Denison Melo de; VERCIANO, Maralice Cunha. (Org.). *Reflexões sobre Direito e Sociedade: Fundamentos e Práticas*. 1ed. Ponta Grossa: AYA Editora, 2025, v. 15, p. 36-55.

GARCIA, Elias. **Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica-uma discussão necessária**. *Línguas & Letras*, v. 17, n. 35, 2016.

GUERRA, João Marcel Evaristo. **A Construção Brasileira do Direito Humano à Alimentação Adequada**. In: OLIVEIRA, Guilherme Antônio Lopes de; SANTOS, Maria dos Remédios Magalhães; ARAÚJO, Daniel da Costa; PEREIRA, Geilson Silva. (Org.). **Direitos Humanos, Saúde e Educação: Triade Formadora de uma Sociedade Inclusiva**. 1ed. Campo Grande: Editora Inovar, 2024a, p. 11-26.

GUERRA, João Marcel Evaristo. **A Pistolagem Enquanto Violência Típica de Fronteiras em Movimento e a Romantização do Pistoleiro Enquanto Figura Heroica, a Partir da Análise de Produções Cinematográficas Brasileiras Contemporâneas**. In: ROCHA, Cristiana Costa da; FERREIRA, Marcia Milena Galdez; NUNES, Francivaldo Alves. (Org.). *Brasis: Terra, Trabalho e Natureza*. 1ed. Teresina: EdUESPI, 2023a, v. 4, p. 86-102.

GUERRA, João Marcel Evaristo. **A Violência no Meio Rural Piauiense: Uma Revisão de Conceitos Teóricos de Violência para Compreensão do Fenômeno a partir dos Conflitos pela Posse da Terra no Piauí**

Contemporâneo. In: FERREIRA, Marcia Milena Galdez; ROCHA, Cristiana Costa da. (Org.). *O Rural no Meio Norte: Terra, Trabalho e Cultura*. 1ed.São Luís: UEMA, 2023b, p. 393-416.

GUERRA, João Marcel Evaristo. **Comentários acerca da construção brasileira do direito humano à alimentação adequada.** Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí, v. 4, p. 126-139, 2024b.

GUERRA, João Marcel Evaristo. **Compreendendo os Princípios Estruturantes do Direito Humano à Alimentação Adequada.** In: MARTINS, Flávio; GONÇALVES, Rubén Miranda; RODRIGUEZ, Jose Julio Fernández. (Org.). *Anais do I Congresso Internacional de Direitos Humanos*. 1ed.São Paulo: MV Editora, 2024c, p. 237-238.

GUERRA, João Marcel Evaristo. **Crimes (quase) sem castigo: violência, impunidade e necropolítica na extemporaneidade do julgamento de envolvidos na chacina de Baião-PA (março/2019).** IUS GENTIUM, v. 15, p. 16-37, 2024d.

GUERRA, João Marcel Evaristo. **Direito à Reforma Agrária e Conflitos no Campo com Resultado Morte no Brasil (2012-2021).** 1. ed. Joinville: Editora GuedesJus, 2025a.

GUERRA, João Marcel Evaristo. **Eles Continuam entre nós: reverberações contemporâneas da capatazia colonial e violência no campo brasileiro.** 2023. 227 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2023c.

GUERRA, João Marcel Evaristo. **Entre a Fome e o Silêncio: Uma análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça atinente ao Direito Humano à Alimentação Adequada.** REVISTA DE ESTUDOS JURÍDICOS DA UNESP, v. 28, p. 135-156, 2024e.

GUERRA, João Marcel Evaristo. **La Ley del Hambre: Análisis de la Ley argentina 25.724, de 27 de diciembre de 2002, que creó el Programa Nacional de Nutrición y Alimentación.** Bioderecho.es, v. 20, p. 1-14, 2025b.

GUERRA, João Marcel Evaristo. **Of Hambres and Fomes: Comparing Argentine and Brazilian laws structuring the mais public policy on the Human Right to Adequate Food.** Revista Paradigma, v. 34, p. 2-23, 2025c.

GUERRA, João Marcel Evaristo. **Pistolagem na tela: a construção sociológica do pistoleiro e sua representação no cinema brasileiro contemporâneo.** Revista Interdisciplinar (online), v. 16, p. 1-11, 2023d.

GUERRA, João Marcel Evaristo. **Protonormativas Brasileiras de Enfrentamento da Fome: Direito à Alimentação, Nutricídio ou Racismo Alimentar?.** Revista Juris UniToledo, v. 9, p. 1-27, 2024f.

GUERRA, João Marcel Evaristo. **Quem Alimenta Mais: Análise Comparativa das Leis Argentina e Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional.** LEX HUMANA, v. 17, p. 1-23, 2025d.

GUERRA, João Marcel Evaristo. **Teoria Cúbica do Direito Humano à Alimentação Adequada: reflexões acerca do parâmetro de adequação, a partir de diplomas normativos e interpretativos internacionais.** Revista do Curso de Direito do UNIFOR, v. 16, p. 1-31, 2025e.

GUERRA, João Marcel Evaristo; PIAUILINO, Paloma Kariene Lemos. **Carrascos: considerações jurídico-sociológicas acerca dos executores de penas de morte no Brasil do século XIX.** Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí, v. 1, p. 129-147, 2025.

GUERRA, João Marcel Evaristo; ROCHA, Cristiana Costa da. **Amazônia legal, Amazônia letal: Violência e necropolítica em conflitos no campo no território amazônico (2012-2021).** In: ROCHA, Cristiana Costa da; LIMA, Solimar Oliveira; COSTA, Lia Monnielli Feitosa. (Org.). O mundo rural em movimento: perspectivas contemporâneas. 1ed. Teresina: EdUESPI, 2024b, p. 149-165.

GUERRA, João Marcel Evaristo; ROCHA, Cristiana Costa da. **Dos campos de concentração da seca ao Direito Humano à Alimentação Adequada.** LEX HUMANA, v. 16, p. 173-193, 2024a.

GUERRA, João Marcel Evaristo; SANTOS, Fernando Ferreira dos; MOURA, Virna Rodrigues Leal. **A Fome do Corpo Abjeto: violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada e pessoas transgênero.** LEX HUMANA, v. 16, p. 13-35, 2024.